

A primeira entrevista desta edição número 3 da **Revista Fim do Mundo** é com a antropóloga e professora emérita da PUC-SP, Dra. Carmen Junqueira. Seu vasto trabalho de campo junto aos povos indígenas e seu posicionamento em defesa das comunidades tradicionais a destacam como referência nas ciências sociais brasileira. A entrevista foi realizada pelo indigenista e pesquisador do IBEC, Daniel Lopes Faggiano, como segue:

Domingo. 9 de agosto de 2020. O dia amanhecia especialmente triste. Ainda cedo, lamentávamos pelo telefone a partida do bispo libertário Dom Pedro Casaldáliga. Ele, que em 1971, na beira do rio Araguaia, frente às injustiças sociais e na defesa dos índios, dos posseiros e dos peões, publicou sua carta pastoral "Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social", deixa um enorme legado ao povo brasileiro.

Em tempos de quarentena, nosso contato havia se reduzido a poucos telefonemas semanais. De um lado da linha, tentava apreender ao máximo tudo que ela falava. Os detalhes, as curvas, o movimento do tempo, a riqueza das cores, tudo era rigorosamente registrado. Incrível que até mesmo o invisível, como que encantado pela fragrância de sua fala, ganhava vida e se apresentava assim, desinibido, por entre os fatos narrados.

Do outro lado, lá estava ela. Do alto de seus 88 anos, Carmen Junqueira dava voz a sua memória:

- Não lembro exatamente como ocorreu, mas eu fiquei muito amiga de Pedro Casaldáliga e Dom Tomás Balduino. Eram meus bispos prediletos. Tenho uma enorme admiração pelos dois. E os dois sempre me convidavam para palestrar nos cursos que eles promoviam pela Igreja. Isso me deu a oportunidade de conhecer uma parcela muito interessante da Igreja católica. Na minha leitura, eles tinham uma bela perspectiva marxista, eram grandes intelectuais com um enorme senso de responsabilidade prática. Esse meu contato com essa parcela da Igreja foi muito educativo. E acredito que também pude deixar minha contribuição. Foi um momento muito duro, lutávamos como podíamos contra o punho fechado do Estado.



Assim, pelo telefone, Carmen Junqueira aos poucos foi tecendo os retalhos de seu passado. E o que era uma conversa, se transformou em uma entrevista. Como disse, tentava apreender tudo que ela falava.

Carmen, como a senhora começou a se interessar pela antropologia?

Meu contato inicial com a antropologia se deu de maneira fortuita. Havia recém-regressado ao Brasil depois de morar dois anos nos Estados Unidos. Isso era por volta de 1956. Era moça ainda quando meu grandíssimo amigo Carlos de Araújo Moreira Neto me convidou para prestar, junto com ele, o exame admissional da Escola de Sociologia e Política. Olha! Para ser sincera, não tinha quase nenhuma base de sociologia ou política, tampouco havíamos nos preparado adequadamente para o exame, mas fomos de peito aberto. Carlinhos passou em primeiro e eu passei em quinto lugar.

Havia me matriculado para as aulas de sociologia do Fernando Franco Altenfelder Silva, que era um antropólogo que havia estado junto aos Kamaiurá. Como eu era praticamente a única que falava inglês, fiquei encarregada de ler a série acadêmica *The Handbook of South Americans Indians* e apresentar um seminário sobre as

relações interétnicas dos povos alto-xinguanos (MT). Quanto mais eu lia, mais eu me encantava com os povos indígenas. Lembro que fiquei impressionada com a diversidade sociolinguística presente no Alto Xingu.

Esse foi o começo do que me interessou. Não para conhecer os hábitos dos indígenas, mas o que me intrigou de verdade foram os fluxos migratórios dos diversos povos que compunham o belíssimo mosaico linguístico que é o Xingu. Como povos com matrizes tão distintas conseguiam estabelecer complexas relações de troca e reciprocidade? Achei isso incrível.

Depois, mas ainda no meu primeiro ano de Escola de Sociologia e Política, conheci Darcy Ribeiro. Um intelectual sério, um homem de esquerda, portanto um homem que não tinha uma visão fragmentada, ao contrário: era universalista. Ele queria o mundo todo vivendo bem. Foi um intelectual muito corajoso, moralmente e fisicamente. Um grande amigo e companheiro. Bom, acho que aí



não teve mais jeito e me desencaminhei de vez (risos).

Outra figura importante em minha vida foi o Eduardo Galvão, que é muito querido, um excelente professor e antropólogo, um grande exemplo de como se deve ser um etnólogo. Fez um lindo trabalho sobre índios e caboclos, mas o que sempre me admirou nele foi sua dedicação ao trabalho de professor. Estava sempre disposto a estimular seus alunos a darem um passo a mais. Me lembro, logo no começo, quando ainda estava definindo que caminho trilhar, que foi ele quem me recomendou estudar os Kamaiurá. É uma pessoa com uma generosidade incrível, semelhante à de Darcy Ribeiro. Durante o período em que trabalhei com os povos indígenas, inclusive, ele me mandou, certa vez, seu diário de campo com os índios Ka'apor. Ele me emprestou o diário original! Fiquei mais de um ano estudando esses diários. Essa experiência mais serena de Eduardo Galvão e Darcy me ajudou muito. Esse olhar mais atento ao próximo foi fundamental em minha formação. No tempo que comecei a fazer campo, era muito raro mulher ir para aldeia e o Eduardo Galvão sempre apoiou minhas decisões.

Revista Fim do Mundo, nº 3, set/dez 2020

Sou muito feliz pela oportunidade em vida de ter conhecido Eduardo Galvão, Darcy Ribeiro e Carlinhos de Araújo Moreira Neto. São pessoas que me ensinaram muito. Apesar dos pesares, a vida universitária é enriquecedora. Mesmo assim, a aposentadoria é uma alforria. A maior riqueza de um Homem é poder dispor de seu tempo como bem quiser. Agora, posso organizar minha agenda de estudo e minha militância política com total liberdade.

Quais são as ferramentas de trabalho de um antropólogo?

A principal ferramenta de trabalho do antropólogo, a meu ver, é o diário de campo. Um diário de campo bem feito relata os fatos mais relevantes da perspectiva do antropólogo. Nem sempre é possível registrar tudo na cabeça. Como eu fumava, tinha sempre uma sacolinha com fumo, palha, isqueiro, e lá também guardava um lápis e uma caderneta. À medida que as coisas vão acontecendo você já vai registrando. Porque esquece, viu? Principalmente quando você começa se familiarizar com o grupo em sua rotina diária, acaba não prestando atenção aos pequenos detalhes. Se possível, deve registrar tudo o que vê, tudo



o que ouve, tudo aquilo que te falaram e te explicaram. Ou seja: você deve anotar tudo. Eu, por exemplo, tinha um caderno apenas para fazer os registros de campo e tinha outro somente para registrar relatos de mitos. É sempre bom ter cadernos extras. Temos que estar constantemente preparados; nunca se sabe quando vamos ter que registrar.

E outra coisa: na antropologia, tudo deve ser devagar. A barreira cultural é muito grande. Quando você chega você não conhece muito os hábitos da outra sociedade. É o seu primeiro contato. Porque pela literatura você não pegar essas nuances das relações pessoais. É desafiador. Cada dia você tem que dar um único passo; se der dois, você erra.

Quais indigenistas inspiraram o seu trabalho?

Na minha opinião, tanto o Orlando quanto o Cláudio Villas Bôas foram grandes indigenistas. E nunca tiveram apoio de nenhuma universidade. Orlando teve uma relação afetiva com os povos indígenas que conheci do Alto-Xingu. Ele amava os índios sem precisar de muita coisa em troca. Ele dava atenção. Ele era respeitoso com os índios. Essa foi

a grande contribuição dele. Foi um intelectual importante, tinha uma visão bonita e forte do indigenismo. Trabalhou a vida toda. Uma figura exemplar para nós todos.

Orlando era um homem extremamente solidário. Uma vez, estava no Xingu e o Abel, meu marido, tinha ficado com nossos dois filhos pequenos em São Paulo. De repente recebemos uma chamada de rádio da minha cunhada com aquela famosa linguagem: "O Abel foi para o hospital". Isso queria dizer que o Abel tinha sido preso pelos militares. Comentei com Orlando que meu marido tinha sido preso. No mesmo instante, Orlando disse: "Pense bem, se você quiser ficar aqui, eu te coloco em alguma aldeia e ninguém jamais vai te encontrar". Fiquei muito agradecida com o compromisso e a solidariedade de Orlando, mas disse que tinha que ir atrás dos meus filhos. E foi o que fiz.

Outra figura importante no indigenismo brasileiro foi o Marechal Rondon. Acho bem problemático classificar a figura de Rondon como paternalista. Ao meu ver, esse é um falso dilema. O Rondon tinha um pensamento positivista, assim como se a civilização percorresse etapas;

Revista Fim do Mundo, nº 3, set/dez 2020



mas, antes de qualquer coisa, ele foi um excelente indigenista. O Rondon fez um importante trabalho. Claro que tinha aquele negócio de soldado, de hastear a bandeira e cantar o hino. Mas você não pode fazer a leitura do passado tendo como única base os costumes atuais.

Veja você, quando Rondon foi instalar as linhas telegráficas, deveria ser por volta de 1910. Nesse percurso, Rondon entrou em contato com diversos povos indígenas. Povos que geralmente já haviam sido atacados mais de uma vez. Esses povos, mesmo que muitas vezes acuados, eram bravíssimos e estavam prontos para contra-atacar na primeira oportunidade. Tinha que ter muito cuidado. Tinha que ser muito perspicaz. A grande sacada de Rondon foi entender que os povos indígenas tinham o direito de se rebelar e atacar. Isso muda toda a política indigenista brasileira. Esse o grande legado de Rondon: “Morrer, se preciso for. Matar, nunca”.

De acordo com o sociólogo Florestan Fernandes, a senhora foi responsável por trazer a política para a antropologia. O que isso quer dizer?

Veja, é inconcebível um antropólogo em cima do muro,

Revista Fim do Mundo, nº 3, set/dez 2020

que conceba a ciência como um norte a ser preservado e repetido sem modificações, em um simples repetir teórico. Ao contrário, a ciência sempre deve estar em movimento. A ciência veio para nos ajudar. Ajudar a quê? A entender certos processos. Para quê? Para mudar o que não está dando certo.

Por exemplo. Você sabe que eu sou apaixonada pelo Thompson, né? Edward Palmer Thompson. Em seu livro *Costumes em comum* ele evidencia a seguinte pergunta: como pode em uma sociedade tradicional existir a emergência de rebeldia? Essa pergunta é muito interessante. Como surge a rebeldia no berço tradicionalista? Bom, ele mostra o exemplo de Londres no século XVIII, quando a elite queria que o povo fosse alfabetizado. Então, nesse momento particular da história humana, ser contra alfabetização era não querer se sujeitar à linguagem escrita dos dominadores. Isso é bárbaro. As rebeldias, nesse caso, trabalhavam ao contrário. Elas queriam preservar os costumes antigos como guarita de sua autonomia frente aos dominadores. Neste caso, era o antigo quem protegia, pois quando entrar o “moderno”,



o texto será, entre outras coisas, mais uma forma de dominação.

Então, veja só. Para você fazer ciências sociais, você precisa de uma boa base política e essa base política deve necessariamente estar ligada aos fluxos da história humana. Você tem que compreender a sociedade para transformá-la, o mundo precisa de mudanças radicais. E a ciência te dá elementos para você pensar essa transformação.

Entendo, mas também sabemos que a antropologia, enquanto ciência, foi gerida no útero colonial e a serviço da expansão mercantil. É possível realizar uma antropologia da descolonização?

É possível, sim. Senão, seria uma antropologia do sistema. Aí não nos interessa. Não existe leitura que não seja política. Eu acho que essa outra leitura que se diz cientificamente pura é uma leitura covarde. Essa leitura em cima do muro representa um academicismo irresponsável socialmente. Por exemplo, no momento em que você passa a conhecer o universo indígena, e se dedica a estudá-lo, você não pode estudá-lo só para obter títulos ou escrever livros. Nas palavras do saudoso professor Maurício Tragtenberg, isso seria

uma delinquência acadêmica. E ele está certo, porque logo que você começa a conhecer os povos indígenas, você vê o sufoco que eles passam por falta de terra, por exclusão e por preconceitos. Então algo deve ser feito. Não se pode pairar apenas na teoria. Devemos descer ao concreto. Uma antropologia da descolonização é uma antropologia da indignação, aquela que não se acovarda frente aos verdadeiros desafios da humanidade.

Agora, a academia de um modo geral é muito danada, se você tem doutorado, ah! Se você tem livre docência, oh! Se você é professor titular, oh! Essa hierarquia universitária nos aprisiona a todos. É uma hierarquia muito pesada. E isso traz consequências terríveis. Se você não tiver um doutorado, por exemplo, dificilmente vai conseguir verba para pesquisa. Você precisa estar ancorado como doutor, precisa da titularidade. Então se queremos construir uma antropologia que seja libertária, temos que necessariamente subverter essa lógica credencialista.

Outro vício colonial a ser combatido, é que a ciência ainda é muito masculina. Praticamente,

Revista Fim do Mundo, nº 3, set/dez 2020



qualquer estudo até a década de 1960 no Brasil era essencialmente masculino. Eu mesma, quando comecei a estudar, estudei liderança masculina, pajelança masculina... Havia quase que um pensamento único que tornava a antropologia uma antropologia masculina. Aos poucos, junto com outras poucas colegas, percebemos que era possível fazer a antropologia de outra forma. Avançamos muito nesse sentido. Mas ainda tem muito a ser combatido.

Lembro, que em 2014, quando recebeu o prêmio Darcy Ribeiro junto com Gilberto Gil, a senhora comentou sobre a importância do livro Maíra de Darcy para a construção do pensamento antropológico brasileiro. Qual foi essa contribuição?

Darcy queria nos mostrar que antropologia enquanto ciência ainda era muito pequena, que os limites precisavam ser rompidos para poderem comunicar o universo indígena, e aí ele fez o Maíra. Talvez, somente seja possível transmitir o universo indígena através da poesia. Esse livro, que apesar de ser um romance, mostra de maneira nua e crua os conflitos e os impasses que existem em uma sociedade indígena. É um romance, mas também um livro sobre filosofia

Revista Fim do Mundo, nº 3, set/dez 2020

indígena. Ou seja, Maíra subverte o mero academicismo e nos impulsiona para ir além.

Foi por este motivo que sugeri o nome Maíra quando resolvemos criar nossa organização. O Instituto Maíra foi criado justamente por isso, para nos levar adiante.

O pensamento de Claude Lévi-Strauss é determinante para a construção da escola de ciências sociais da Universidade São Paulo (USP). Por que a senhora optou por outro caminho quando organizou e criou o Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)?

A proposta fundamental do curso era de politizar as ciências sociais, tanto a sociologia quanto a antropologia. Acredito que apesar de cada um desses campos do saber terem o seu método particular de investigação, a sua interpretação de um fato não pode ocorrer de maneira isolada. Então apresentamos, na graduação e na pós-graduação, a sociologia, a antropologia e as ciências políticas integradas num único curso de ciências sociais.

Sobre o Lévi-Strauss, já te disse que não acredito em ciência pura. Sabemos que até a



matemática ajuda a gente nas guerras. Claro que tenho um grande respeito pelo trabalho de Lévi-Strauss e ele tem coisas interessantes, como, por exemplo, sua noção sobre comércio e guerra, em que você faz comércio para não fazer guerra. Então ele tem algumas associações que são muito ricas. Mas, por outro lado, o trabalho dele sobre mitos é um tanto precipitado. Me parece por demais apressado e é aí que está o perigo. Eu conheço muitos mitos dos povos aqui do Brasil e sinceramente, nunca entendi um único mito. Bom, posso até entender alguns mitos, mas como uma brasileira, e, obviamente, dentro do meu universo cultural. Sabe, no caso dos povos indígenas, você não pode deduzir; se o fizer, fará de acordo os paradigmas da nossa sociedade. Se você reparar nos mitos Kamaiurá que estudei durante anos, a maioria deles contradiz a moral ocidental cristã. Então posso dizer que estou mais alinhada com outros antropólogos da escola francesa, como Maurice Godelier, Georges Balandier e Claude Meillassoux.

Acho que nunca te contei, mas na época em que trabalhei com Eunice Durhan e Ruth Cardoso acerca da imigração

japonesa no Brasil, um certo dia elas me convidaram para dar aula na USP. Eu estava bem na PUC, mas avaliei que seria muito interessante continuar onde estava, mas ter um pé na universidade pública. O departamento aceitou. Cheguei até a fazer exame médico admissional. Mas aí repentinamente recebo um telefonema da Eunice, desesperada, dizendo que eu não seria mais aceita na USP. Acontece que tinha uma comissão, um SNI dentro da USP dizendo que eu era um elemento de alta periculosidade. Acho que como eu já tinha sido presa duas vezes durante a ditadura alguém deve ter denunciado meu nome. Então eu não fui dar aula na USP por causa dessa comissão, um órgão que julga o que as pessoas são ou não são. Confesso que até fiquei meio orgulhosa quando a Eunice falou que eu tinha sido classificada como um elemento de alta periculosidade. Até que enfim reconheceram meu talento (risos).

Na década de 1970, em plena ditadura civil-militar, a senhora trouxe excelentes quadros para a PUC-SP. Como foi essa articulação? Quem foram eles?



Se 1964 foi uma cacetada na cabeça, 1968, com o AI-5, foi um tiro! Felizmente eu já era bem politizada nessa época, então era o seguinte: a gente tinha que ser esperta, tinha que se resguardar e se fosse fazer subversão tinha de fazer bem feito. Durante a ditadura, no período mais agudo depois do AI-5, era necessário construir uma rede de contatos seguros e confiáveis. Não foi fácil dar aula naquele momento. Certa vez recebi um bilhete dizendo que tinha um olheiro infiltrado no meu curso. Ou seja, a gente era constantemente vigiada.

Foi um momento terrível, em que professores como Florestan Fernandes, Octavio Ianni e Mauricio Tragtenberg, por exemplo, passaram a ser discriminados e aposentados pelas respectivas universidades por força de uma perseguição política. Isso é inaceitável, não podemos deixar pessoas como esses grandes intelectuais trabalhar em qualquer lugar para ter que sustentar a família. O que é isso? Primeiro articulamos a vinda do professor Tragtenberg, logo depois veio Octavio e por último Florestan.

Éramos todos amigos, claro. Fazíamos parte da mesma rede de pessoas confiáveis. Mas

Revista Fim do Mundo, nº 3, set/dez 2020

com Ianni, em particular, desenvolvi uma grande amizade. De quinze em quinze dias nos encontrávamos na livraria do Conjunto Nacional. Íamos ver livros e na sequência almoçávamos por ali. Conversávamos sobre tudo. Fomos grandes amigos. Uma vez, perguntei para o Octavio se ele queria minha coleção de livros do Talcott Parsons que tinha adquirido enquanto estava na Escola de Sociologia e Política. Acho o Talcott um pé no saco, um reacionário de primeira. Octavio adorou o presente. Era impressionante, ele lia absolutamente tudo.

Falemos um pouco, sobre sua trajetória junto os povos indígenas. Em 1965 a senhora chega pela primeira vez na aldeia Ipavu no Território Indígena do Xingu (TIX). De lá para cá, foram muitas visitas. Para além do imediato, quais os grandes ensinamentos Kamaiurá?

Acho que aprendi o que seria viver com fartura, conforto, alegria. Isso de viver feliz sem ter muita coisa. Você pode viver bem sabendo escolher aquilo que você precisa. Então com os Kamaiurá foi assim. Não havia esse acúmulo que a gente faz na cidade. Acúmulo de bens, de roupa, de dinheiro... Quer dizer, é possível



viver bem com menos. Aí é uma questão interessante: como você faz para ficar contente com menos? Para ficar contente com menos você tem que desejar menos. E o que seria desejar menos? Seria o autoconhecimento, saber intimamente o que é essencial para você e para todos os habitantes que convivem com você. É confluir o gênero humano e a individualidade num caminho único, harmônico e equilibrado.

Em 1978 o destino te levou para Rondônia, aos Cinta Larga do Parque do Aripuanã. Poderia nos contar de quando a senhora tentou explicar a sociabilidade capitalista e sua luta de classes para os povos indígenas?

Ah! Essa história dos Cinta Larga é importante. Um belo dia em Serra Morena (RO) eles me perguntaram: "Que tanto você pergunta? Que tanto você escreve?". E eu disse que depois iria dar aula para os meus alunos conhecerem outros povos e culturas. Aí eles emendaram: "Mas isso serve para quê?". Serve para falar, para poder conhecer outras coisas. "Mas para que serve conhecer outras coisas?" Ah! Serve para você saber que tem gente que vive da pesca, que tem gente que vive da caça, tem gente

que vive de bater ponto para trabalhar na fábrica, cada povo se organiza de uma maneira. Serve para isso, para saber como as pessoas, os grupos, as sociedades, as classes vivem, brigam, guerreiam, para isso que serve.

Bom, com o tempo fui ganhando confiança, e, certa vez, resolvi fazer uma preleção, explicar para eles o que seria a mais valia. Comecei dizendo que na cidade ou no campo, os que têm dinheiro põem os mais pobres para trabalhar. Então você pode pagar motorista para guiar seu carro, cozinheira para fazer sua comida, cabelereiro para cortar seu cabelo; se você pode pagar, você tem tudo. Agora, e para saber por que uns têm dinheiro e outros não têm dinheiro? Aí fui explicando. E eles entendiam como podiam. Peguei várias formas para explicar. Peguei a forma da mais valia. Tentei várias vertentes. Não sei se consegui traduzir o significado daquele trabalho que você se apossa sem pagar. Mas também os Cinta Larga tinham feito contato há pouquíssimos anos. Não estavam familiarizados com as minhocas que temos na cabeça. Aí fui explicando. Um dia falei, sabe de uma coisa, vou explicar como uma classe domina

Revista Fim do Mundo, nº 3, set/dez 2020



a outra. E comecei a falar dos que tinham as fábricas, as grandes fazendas e também do povo que não tinha nada, que era obrigado a trabalhar e o patrão que decidia quanto ia pagar. E fui contando histórias sempre ressaltando a diferença entre aqueles que têm dinheiro e poder em oposição àqueles que só têm a sua força de trabalho para vender. Até que um sabidinho Cinta Larga fala para mim: “Esse pessoal que manda tanto e que é tão cruel, eles são quantos?”. Disse que esses eram muito poucos, mas que esses poucos colocavam todo resto da população para trabalhar para eles. Sem pestanejar, ele foi direto: “Mas por que vocês não matam eles?”.

Não sei se consegui explicar as contradições de nossa sociedade. Mas, com certeza, eles acharam a gente uma cambada de covardes.

Em 1985, em parceria com Eunice Paiva, a senhora publicou O Estado contra o índio. E de fato, apesar das distinções, todos os governos que tivemos, foram, à sua maneira, anti-índigenas. Por que o Estado tem tanto medo dos povos indígenas?

Os povos indígenas sempre foram um estorvo para os governos. A meta sempre foi a

Revista Fim do Mundo, nº 3, set/dez 2020

civilização dos índios. E desde 1965, quando eu comecei a trabalhar com os povos indígenas, sempre me perguntam se esses índios com quem trabalho já estão civilizados. O interesse de se pensar os povos indígenas enquanto povos sempre foi muito pequeno. No geral, o pensamento ocidental busca apagar esses trajetos e percursos históricos específicos dos povos indígenas. Um percurso de muita violência, discriminação e perseguição. Em geral eles são mais encarados pela sua excentricidade, dificilmente são vistos como povos com matrizes distintos e que são contemporâneos da gente, sem ser a gente.

A sociabilidade dos povos indígenas está organizada de outra maneira. Não querem trabalhar muito, mas querem comer bem. Aqui é o oposto, quanto mais trabalhar e obedecer, melhor. Aqui é ordem e progresso. O que incomoda o Estado é que eles são muito mais livres. Para eles, trabalho e diversão correm juntos. Agora tente você fazer isso aqui na nossa sociedade. Aqui qualquer vírgula fora da ordem é vista como uma ameaça. No capitalismo, é inaceitável qualquer



forma de trabalho que não a dominante.

Para os Cinta Larga, pescar, fazer roça e pegar mel, por exemplo, não tinha nada ver com trabalho. Vamos pescar, vamos acampar. Agora o trabalho, como conhecemos, era chamado de trabalhadeira. Trabalhadeira era ir abrir roça para o chefe de posto da Funai, ou seja, era trabalhar para o outro.

Quando as mercadorias chegaram nos Kamaiurá, por exemplo, eles gostaram, pois diminuía o tempo de trabalho. E, inicialmente, frustraram a proposta capitalista, de que com o machado seria possível derrubar mais árvores e assim acumular riquezas.

Hoje, cerca de trinta anos depois da promulgação da Constituição Federal de 1988, da qual a senhora participou ativamente, temos a ascensão da extrema direita no poder, com articulações que contradizem frontalmente a nossa Carta Magna. Por que a esperança de 1988 durou tão pouco tempo?

Diferentemente de alguns países da Europa, aqui no Brasil a democracia nunca teve espaço dentro do capitalismo. Nos trópicos, pensar a democracia é pensar outra sociabilidade. O capitalismo é muito zeloso na

manutenção de seu sistema. Temos uma tradição autoritária muito forte por aqui. Não temos outro caminho que não o da superação dessa sociabilidade da negação humana.

Para nós da América Latina, qualquer democracia já seria um pouco de comunismo. Não um comunismo raso ou uniforme com pretensões totalitárias. Mas, talvez, um comunismo democrático que seja impulsionado pelo conhecimento milenar dos povos indígenas.

Infelizmente, poucos intelectuais se debruçaram sobre os povos indígenas. Isso de construir um Brasil verdadeiramente nosso, como tanto se esforçou Darcy Ribeiro, parece ter sido esquecido nos corredores das universidades.

Sabe, pensar esse Brasil que seja nosso também passa por um retorno a Karl Marx, mas vai além. Não podemos simplesmente repetir. Em seus últimos anos de vida, Marx dedicou boa parte de seu tempo estudando as movimentações não capitalistas do mundo. Mas por aqui, boa parte da intelectualidade marxista parece dar pouco valor ao estudo de outras formas sociabilidade.



Por isso a grandeza de uma figura como Eduardo Galvão, que se dedicou muito em aprender junto com os indígenas outras formas de sociabilidade. Se você conseguir olhar para além da superficialidade aparente, você vai perceber a imensidão da liberdade existente entre os povos indígenas. Deveríamos prestar mais atenção aos nossos e parar de repetir fórmulas ineficazes vindas de fora.

Quais questões irresolvidas ficam de tarefa para a nova geração?

No tempo que eu era moça, pensávamos muito sobre a desigualdade, era um tema central. Agora parece que esse tema foi marginalizado. Ainda temos crianças que morrem de desnutrição! Temos gente que morre de frio! Essa realidade não pode ser escondida, ao contrário, ela deve ser estudada e combatida.

Nossa luta não pode ser para diminuir a desigualdade, mas sim para eliminar a desigualdade. Aquele negócio de que 1% concentra 30% de toda riqueza é inadmissível. Não queremos uniformização. Não é isso. Mas queremos que todos possam comer bem. Ter lazer. Ter oportunidades de se desenvolver

artisticamente, atleticamente e intelectualmente. Todos, sem distinção, têm o direito de ter uma vida plena.

Outra desigualdade que temos que combater é entre homem e mulher. Na minha época, e, de certa maneira, ainda hoje, a mulher tem que ficar em casa cozinhando para agradar ao marido. Então a luta que temos que travar é pela igualdade, igualdade entre homem e mulher. Ainda temos uma grande diferença salarial, a mulher sempre é tratada com desconfiança, "pois pode ter filho e aí já sabe, né, depois vai querer licença-maternidade"... Quer dizer nossa sociedade não reconhece nenhum benefício social para a reprodução de nossa espécie humana. Pior ainda, a mulher é taxada de culpada. Então quer dizer que a sociedade tem que se reproduzir pondo ovo e depois pondo na chocadeira? É muito difícil isso para a mulher, que sempre foi tratada como cidadã de segunda categoria em relação ao homem.

Como disse, temos que inventar um comunismo que seja democrático. Uma sociabilidade em que se os homens se meterem a besta, a mulherada tem força para enfrentá-los. Uma sociedade



em que os trabalhadores não vão tolerar a preguiça, mas, ao mesmo tempo, terão direito à preguiça. Com os índios, quando eu comecei a trabalhar com eles, você tinha o direito de comandar sua própria vida. Se alguém te perguntasse por que você não iria na roça naquele dia, você poderia perfeitamente responder: "Por que estou com preguiça". Você não precisava inventar uma doença para não ficar desempregado.

Agora, eu acho que a gente nunca deve se conformar só com

reformas. A gente precisa situar a nossa reflexão num universo mais amplo. Num horizonte mais amplo. Temos que pensar a humanidade em toda sua fragilidade e potência. Do contrário, nunca teremos um bom sonho.

Não podemos esmorecer. Temos que lutar por algo que ainda não existe. Se eu ainda fosse moça, faria muita subversão. Agora estou mais velha e passo essa tarefa para vocês. | FIM |

São Paulo, agosto de 2020

